

**Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM**

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	1
Título: Para caminhoneiros, anúncio de greve não terá força	1
Título: Actis quer reabrir venda da Echoenergia.....	2
Título: Preço do minério de ferro sobe mais de 5% e volta a superar nível de US\$ 90	4
Título: Corrupção na Petrobras pode ter superado R\$ 6,2 bi	5
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	7
Título: Aramco deve animar BNDES a vender fatia da Petrobrás	7
Título: Petrobrás envia dois mil pedidos de desculpas	9
VEÍCULO: O Globo.....	9
Título: Só o combate sistemático reduzirá poder econômico das milícias	9
Título: Petrobras pede desculpas a 2 mil funcionários investigados	10

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2019

Seção: Brasil

Autor: Leila Souza Lima — De São Paulo

Título: Para caminhoneiros, anúncio de greve não terá força

O anúncio de paralisação nacional dos caminhoneiros, convocada para a madrugada do próximo dia 16 por Marconi França, transportador autônomo de

Pernambuco, não tem força para mobilizar a maioria dos profissionais no país, garantiram lideranças ouvidas pelo **Valor**. Em resposta, ele admitiu que há divisão, mas assegurou que as estradas vão parar semana que vem - e com apoio da população. “Nosso objetivo ao marcar nessa data foi justamente criar caos. É para sermos vistos”, disse França, referindo-se às festas natalinas.

A convocação de greve foi feita por França num vídeo, segundo ele gravado na sede da Central Única dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (CUT-RJ), veiculado no fim da semana passada pelo Blog do Servidor, do jornal “Correio Braziliense”. Ao informar que tinha amparo da central, ele apontou colegas e afirmou ter apoio em Goiás, Rio, São Paulo, Paraíba e Mato Grosso.

“Ainda existe um racha sobre a paralisação, mas há também insatisfação grande com o presidente [Jair] Bolsonaro, que coloca um chapéu na cabeça e diz que o Brasil é do agronegócio. Ele está governando para os ricos. A greve vai dar certo, sim. É o que esperamos”, reiterou França.

Entre os líderes que mobilizaram a categoria em maio de 2018, Wanderlei Alves, o Dedéco, acompanha os grupos de WhatsApp e descarta a probabilidade de adesão em massa. “E digo mais: os caminhoneiros estão bem chateados com ele [Marconi França], por falar em greve neste momento. Em pleno dezembro, todo mundo querendo tirar férias, a economia começando a andar”, disse. “Isso é coisa da CUT, do PT, da esquerda, de meia dúzia de gatos pingados.”

Diretor do Sindicato dos Transportadores Rodoviários Autônomos de Bens da Baixada Santista e Vale do Ribeira (Sindicam), José Cícero Rodrigues assegurou que Santos não se juntará a colegas grevistas como no ano passado. “A greve de 2018 teve aquela dimensão porque havia grande insatisfação com governos anteriores, vinha de anos”, disse. Ele ressaltou que o impasse quanto ao diesel vem de décadas, não se resolverá rapidamente e que o governo tem ainda apoio de boa parte na classe.

Na pauta de greve, França falou das altas do diesel, mas destacou, sobretudo, que o piso mínimo do frete não é respeitado. Isso acontece, segundo ele, porque “falta vontade política” para que o Ciot (Código Identificador de Transporte) - dispositivo feito para regulamentar o pagamento referente à prestação do serviço de transporte rodoviário de cargas - funcione.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Actis quer reabrir venda da Echoenergia

Geradora de energia eólica, controlada pelo fundo private equity britânico, tem um parque com capacidade de 1,21 mil MW

A gestora de private equity britânica Actis pretende reabrir o processo competitivo para a venda da Echoenergia, empresa brasileira de geração de energia renovável. O **Valor** apurou que ainda não há um prazo previsto para a reabertura do processo.

Segundo uma fonte a par do assunto, a negociação da gestora com o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), que tinha exclusividade no processo, foi encerrada na última semana sem que fosse alcançado um acordo. Na prática, apurou o **Valor**, não houve acordo sobre o valor da operação. O valor da empresa, segundo uma fonte, é estimado em R\$ 8,6 bilhões, incluindo ações e dívidas.

O processo de venda da Echoenergia teve início em outubro, conforme revelado pelo **Valor** na época. Na ocasião, o Actis havia contratado o banco Credit Suisse como assessor financeiro na venda e o motivo da contratação teria sido a antecipação do processo devido ao interesse de um comprador específico. Na última semana, fontes informaram que as negociações vinham sendo conduzidas com o CDPQ.

O fundo canadense tem demonstrado forte interesse por ativos de energia no Brasil. Neste ano, o CDPQ adquiriu, em parceria com o grupo energético francês Engie, a Transportadora Associada de Gás (TAG), que pertencia à Petrobras. A operação envolveu a venda de 90% da companhia, dona de uma rede de dutos de 4,5 mil km no Norte e Nordeste, por US\$ 8,6 bilhões.

Já a Echoenergia possui um portfólio de 1.211 megawatts (MW) de capacidade instalada de projetos eólicos em operação (732 MW) e construção (47 MW). A expectativa da companhia é alcançar um faturamento de R\$ 1 bilhão em 2022, ante os R\$ 600 milhões previstos para este ano.

A empresa também prevê alcançar uma carteira de 1,5 mil MW, entre projetos em operação e construção. A expectativa da companhia é que esse número seja obtido em 2020. A estratégia da empresa é ampliar o número de empreendimentos voltados para o atendimento a consumidores no mercado livre, no âmbito do processo de abertura do mercado de energia.

A Actis é uma gestora que investe principalmente na América latina, Ásia e África, e tem o mercado de energia entre seus setores de preferência. Em fevereiro, vendeu outra empresa de energia renovável, a Atlantic, para a companhia chinesa China General Nuclear Power Group (CGN). Procurada, a Echoenergia não se manifestou sobre o assunto. **(colaborou Maria Luíza Filgueiras, de São Paulo).**

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2019

Seção: Empresa

Autor: Stella Fontes — De São Paulo

Título: Preço do minério de ferro sobe mais de 5% e volta a superar nível de US\$ 90

Minério com teor de 62% no porto de chinês de Qingdao encerrou ontem negociado a US\$ 93,93 a tonelada

Os preços do minério de ferro iniciaram a semana em alta acentuada no mercado transoceânico e nas bolsas de mercadorias e futuros, impulsionados pela injeção de 300 bilhões de yuans na economia doméstica pelo banco central da China e pela expectativa de oferta global mais modesta até o fim do primeiro trimestre. Com a perspectiva de demanda mais aquecida e de menor disponibilidade da commodity, a matéria-prima siderúrgica encontrou força para voltar a ser negociada acima de US\$ 90 por tonelada.

De acordo com a publicação especializada “Fastmarkets MB”, o minério com teor de 62% no porto de Qingdao encerrou o dia negociado a US\$ 93,93 a tonelada, alta de 5,47% ante o preço de sexta-feira. Esse é o preço mais alto desde 11 de outubro. Com o desempenho, em dezembro, a commodity passou a exibir alta de 7,4%. Em 2019, os ganhos chegaram a 29,2%. Na Bolsa de Commodity de Dalian, os contratos mais negociados com entrega de minério em janeiro avançaram 5,58%, para 653 a tonelada.

Um analista de contratos futuros de Cingapura disse à Fastmarkets que a introdução de opções de minério na bolsa de Dalian, a partir dessa segunda-feira, ampliou o interesse pelo contrato de maio durante todo o pregão e pode ter levado investidores a especular com os títulos.

Do lado da oferta, no início do mês, a Vale informou que vai parar parte da operação na mina de Brucutu (MG) por dois meses. Além disso, indicou que a produção de minério no primeiro trimestre deve recuar ante os níveis do terceiro e quarto trimestres, o que abre perspectiva de valorização da commodity até o fim de março.

Em novembro, segundo o UBS, os embarques do produto a partir da Austrália, Brasil e África do Sul, os maiores produtores globais, subiram 6% na comparação com outubro, mas ficaram estáveis na comparação anual, em 1,33 bilhão de toneladas em base anualizada - a alta de 9% nos embarques australianos mais que compensou a queda de 6% no Brasil e a estabilidade da África do Sul.

Ao mesmo tempo, a demanda de minério mostrou-se robusta, o que levou à queda de 5 milhões de toneladas nos estoques chineses, e manutenção dos preços em pouco menos de US\$ 90 por tonelada. Restrições mais leves do que o esperado para a produção de aço na China durante o inverno, com o objetivo de controlar os níveis de poluição, deram sustentação ao consumo. Ainda assim, a equipe de analistas liderada por Myles Allsop manteve a expectativa de recuo das cotações para US\$ 70 por tonelada entre 2020 e 2021, com a retomada da oferta e desaquecimento

. VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 10/12/2019

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito — Do Rio

Título: Corrupção na Petrobras pode ter superado R\$ 6,2 bi

O prejuízo de R\$ 6,2 bilhões relativo a desvios de conduta e atos de corrupção revelados pela força-tarefa da Operação Lava-Jato e contabilizado pela Petrobras nas demonstrações financeiras de 2014 pode ter sido subdimensionado, de acordo com o presidente da estatal, Roberto Castello Branco.

“De acordo com o balanço divulgado pela Petrobras em abril de 2015 [relativo a 2014], foi feita uma estimativa de perdas de R\$ 6 bilhões. Creio que essa estimativa, por melhor que tenham sido os critérios que orientaram a sua elaboração, não corresponde à realidade”, afirmou o executivo durante evento promovido pela companhia sobre melhores práticas de gestão, realizado ontem no Rio.

“Existem subestimações nas próprias perdas financeiras. E, por outro lado, elas não consideram atos de gestão equivocados que são cometidos com propósito único de ampliar o universo para a corrupção”, completou.

O presidente da petroleira lembrou que, até o momento, a companhia já recuperou cerca de R\$ 4,2 bilhões em recursos devolvidos por infratores, por meio da Lava-Jato. Desse total, R\$ 750 milhões foram recuperados somente

neste ano, segundo o diretor de governança e conformidade da Petrobras, Marcelo Zenkner.

Assim como seus recentes antecessores, Castello Branco reafirmou que a Petrobras foi vítima de um grupo que se utilizou da companhia para desviar recursos. “Durante aproximadamente 15 anos, [a Petrobras] foi vítima de uma organização criminosa que a saqueou”, afirmou.

Como exemplo de atos irregulares, Castello Branco citou os US\$ 15 bilhões destinados ao projeto do complexo petroquímico do Comperj, em Itaboraí, região metropolitana do Rio, e que, até hoje, não saiu do papel. “Quinze bilhões de dólares jogados fora no Comperj, é um verdadeiro cemitério da corrupção”, frisou. Procurada, a Petrobras informou que não detalha o investimento no Comperj.

O executivo também fez referência às obras do escritório da empresa na Bahia, o “Torre Pituba”, onde se gastou “extraordinariamente mais de R\$ 2 bilhões para a construção de um templo da corrupção superdimensionado”.

Sobre a refinaria Abreu e Lima, em Pernambuco, Castello Branco disse que é “a refinaria mais cara do mundo” e destacou que foram gastos US\$ 20 bilhões na refinaria, “com menor capacidade que o esperado”. Ele acrescentou que o investimento feito na unidade jamais será recuperado. “Por maior que seja o preço do petróleo.”

Sobre a atuação na área de conformidade, Zenkner disse que, neste ano, foram aplicados R\$ 6,4 milhões em multas a fornecedores, no âmbito da Lei Anticorrupção. Segundo ele, em 2019, foram instaurados onze processos do tipo, dos quais seis foram concluídos.

De acordo com o diretor, as sanções não são relativas necessariamente a atos de corrupção. “A Lei Anticorrupção traz uma série de atos lesivos. Por exemplo, uma empresa é contratada pela Petrobras e, no momento em que ela vai apresentar documentação para receber uma medição de um contrato, ela apresenta um documento falso. A Petrobras, detectando isso nos seus controles internos, vai abrir um processo contra essa empresa e vai aplicar a ela alguma sanção”, explicou.

Castello Branco ainda pediu desculpas aos cerca de 2 mil funcionários da empresa que participaram de procedimentos investigatórios desde 2015. A estatal ressaltou que eles não foram necessariamente investigados, mas podem

ter sido, por exemplo, ouvidos como testemunhas. Agora, estão recebendo cartas com o “feedback” das investigações de que participaram. “Aproveito a oportunidade para pedir desculpa pessoalmente a todos aqueles que foram injustiçados e seus familiares”, disse o presidente.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/12/2019

Seção: Colunas

Autor:

Título: Aramco deve animar BNDES a vender fatia da Petrobrás

Coluna do Broadcast

O sucesso da abertura de capital da Saudi Aramco deverá animar o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a engatilhar em breve a venda das ações da Petrobrás que estão em sua carteira. A emissão da petroleira saudita foi a maior oferta inicial de ações da história. Superou inclusive a da gigante chinesa Alibaba, ao realizar uma oferta de US\$ 25,6 bilhões. Apesar do tamanho, a demanda superou em mais de três vezes a oferta. Ou seja: há demanda por ativos de petróleo por parte dos investidores. Hoje, o banco de fomento tem cerca de 19% das ações preferenciais e 10% das ordinárias (com direito a voto) da Petrobrás. A participação vale cerca de R\$ 56 bilhões. A instituição, contudo, não deverá vender todas suas ações em 2020.

» Largada. O BNDES dará a largada no processo de venda de sua bilionária carteira de ações já na próxima semana. E quando vai levar a mercado sua participação na Marfrig, devendo colocar no caixa mais de R\$ 2 bilhões. Para janeiro, está no cronograma a venda de metade de sua fatia na JBS, em uma operação de cerca de R\$ 8 bilhões.

O restante será vendido em outro momento, anda no ano que vem.

No cronograma do BNDES para 2020, estão previstas ainda as vendas das ações da siderúrgica Tupy e da empresa de energia Copei. Procurado, o BNDES afirmou que “não comenta sua estratégia no âmbito de suas companhias investidas”.

-

» Mesmo filme. A Odebrecht deve chegar na assembleia geral de credores (AGC) de hoje sem um plano próximo de recuperação do grupo para ser apresentado aos credores. O motivo é a indefinição sobre o quanto e por quanto tempo conseguirá reter os dividendos da Braskem. A participação de 50,1% da Odebrecht na petroquímica está na mãos dos bancos em forma de

garantias. Só depois de ter essa definição, a Odebrecht pretende desenhar o fluxo de pagamentos das dívidas das 21 empresas envolvidas no processo de recuperação judicial. Os bancos estão reticentes em liberar os cerca de 80% de dividendos para a Odebrecht e esperar mais de três anos para vender a participação.

» Só um tempinho. Assim como fez na quarta-feira, dia 04, o advogado da Odebrecht, Eduardo Munhoz, deve apelar para o bom senso dos credores e pedir pela suspensão da votação do plano existente, que é bastante genérico. O plano foi apresentado para cumprir o protocolo da lei e basicamente contém uma promessa de “pago quando puder”.

» Tudo certo, nada definido. Mas não são só as definições sobre Braskem que estão pendentes. O grupo ainda precisa ter uma melhor visão das negociações com credores das subsidiárias OEC, de engenharia e construção (que não está em recuperação), e da de açúcar e álcool Atvos, das quais, no futuro, também pretende recolher dividendos. Procurada, a Odebrecht não comentou.

» O grupo todo. Com a emissão bem sucedida de US\$ 350 milhões do Banco Daycoval na sexta-feira, dia 6, quatro bancos levantaram US\$ 2,2 bilhão no exterior com emissão de bonds este ano. Além do Daycoval, acessaram o mercado de dívida estrangeiro o Itaú Unibanco (US\$ 500 milhões), o BTG Pactual (US\$ 500 milhões) e o Banco Votorantim (US\$ 850 milhões). Em 2018, dois bancos - o BB e o Itaú - captaram US\$ 1,4 bilhão.

» Na fila. A expectativa é de que as instituições financeiras brasileiras continuem acessando o mercado externo, diante da agenda pesada de vencimentos de bonds previstos para os próximos anos. Do total de US\$ 36,1 bilhões desses papéis que circulam no mercado de dívida externo, US\$ 18,7 bilhões vencem entre 2020 e 2022. Na lista de bancos com compromissos no ano que vem estão ABC Brasil, Banco do Brasil, Bradesco, Banco Votorantim, Banco Pan, Bonsucesso, BMG, BTG Pactual, Itaú Unibanco e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

» Quentinho. O Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) fechou o primeiro de contrato de financiamento usando a linha de crédito € 100 milhões obtidos do Banco Europeu de Investimento (BEI), aberta em outubro, para projetos sustentáveis. Trata-se de um empréstimo de R\$ 15 milhões para a Origo Energia que serão destinados à construção da usina solar Janaúba II e vai gerar energia equivalente para atender a 5,6 mil famílias. Outros 10 empreendimentos solares e hidrelétricos estão em análise pelo banco de fomento para o uso desta linha de crédito.

FERNANDA GUIMARÃES, CYNTHIA DECLOEDT E WELLINGTON BAHNEMANN

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 10/12/2019

Seção: Política

Autor: Denise Luna / RIO

Título: Petrobrás envia dois mil pedidos de desculpas

A Petrobrás vai enviar até o fim deste mês cartas com pedidos de desculpas a cerca de dois mil empregados que foram investigados pela Lava Jato e até hoje não tinham sido comunicados sobre o desfecho dos processos. De acordo com o presidente da estatal, Roberto Castello Branco, “inocentes foram perseguidos” durante as investigações, e cabe a ele agora pedir desculpas. “Essas pessoas foram investigadas e sequer tiveram direito de serem informadas sobre sua inocência ou se aquele processo havia sido inconclusivo”, afirmou Castello Branco ontem, durante evento na Petrobrás.

A estatal admitiu um prejuízo de R\$ 6 bilhões causado por corrupção e desvios. Castello Branco questionou esse valor. Ele disse considerar que o impacto financeiro de empreendimentos não concluídos ou que não dão retorno, como o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) e a Refinaria de Abreu e Lima, em Pernambuco, é maior.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/12/2019

Seção: Editorial

Autor:

Título: Só o combate sistemático reduzirá poder econômico das milícias

Grupos paramilitares viram Estado paralelo e já atuam na distribuição clandestina de energia elétrica

A ausência do Estado costuma ser a senha para que organizações criminosas se apropriem de extensos territórios que deveriam estar sob controle de governos constituídos e passem a implantar ali suas leis nefastas, criando um poder paralelo do qual autoridades têm conhecimento, mas fingem não ver. É o que acontece, por exemplo, com as milícias, que dominam áreas em diferentes regiões do Rio de Janeiro e assumem cada vez mais, de forma clandestina, a oferta de serviços essenciais.

É sabido que, em comunidades do Rio, milicianos controlam a distribuição de botijões de gás, os sinais de TV e internet, serviços de transporte e segurança e,

em muitos casos, o mercado imobiliário, tudo de forma ilegal. Nesse mundo paralelo, não resta aos moradores outra saída a não ser pagar as taxas exigidas pelos criminosos, não só pela óbvia falta de concorrência, mas porque os que se recusam a fazê-lo ficam marcados pelos “donos” da área.

Como o negócio é rentável, a milícia não para de diversificar suas atividades clandestinas. Conforme mostrou reportagem do GLOBO publicada no último domingo, a mais nova incursão desses grupos paramilitares ocorre no setor de energia. A Light descobriu que em Belford Roxo, na Baixada Fluminense, milicianos instalaram uma rede num condomínio construído ilegalmente. Fizeram um gato e passaram a cobrar taxas dos moradores.

A Light, que opera na capital fluminense, na Baixada e no Vale do Paraíba, calcula um prejuízo de R\$ 800 milhões em áreas dominadas pelo tráfico ou pela milícia. Nesses locais, 73% da energia distribuída resultam de furto, enquanto nas demais regiões o índice é de 17%.

A situação é tão bizarra que, no condomínio de Belford Roxo erguido pela milícia, a ligação de energia foi feita com cabos roubados da própria Light. Ou seja, o crime atua em vários níveis, sem que o Estado consiga interromper esse ciclo vicioso.

Milícias como as que atuam hoje surgiram no início dos anos 90, na Favela de Rio das Pedras, em Jacarepaguá — embora especialistas apontem suas origens nos grupos de extermínio, décadas atrás. Em quase 30 anos, cresceram de forma significativa. Atualmente se espalham por pelo menos 26 bairros do Rio e 14 cidades fluminenses.

É verdade que polícias e Ministério Público têm feito operações contra milícias, mas elas se mostram insuficientes diante do poder desses grupos. Por isso, esse combate precisa ser sistemático. E será mais eficiente à medida que atacar o braço financeiro dessas organizações. Afinal, são os negócios clandestinos que financiam sua expansão.

VEÍCULO: O Globo

Data: 10/12/2019

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras pede desculpas a 2 mil funcionários investigados

Presidente da estatal vê excessos em apurações internas após Lava-Jato.
Empresa vai mudar governança interna

A Petrobras começou a enviar cartas com pedidos de desculpas a dois mil empregados que foram investigados ou chamados a participar de apurações

internas de suspeitas de corrupção nos últimos cinco anos, desde que a estatal entrou no foco da Operação Lava-Jato. Receberão as correspondências funcionários sobre os quais não houve qualquer irregularidade descoberta ou comprovada, mas que ficaram sem esclarecimento oficial. A informação foi dada ontem pelo presidente da estatal, Roberto Castello Branco, em um evento comemorativo do Dia Internacional do Combate à Corrupção.

Castello Branco disse que a empresa endureceu regras de governança após a Lava-Jato, mas afirmou que a aplicação delas “passou a ser excessiva”, levantando dúvidas sobre pessoas sem culpa comprovada, no que classificou como “jaco-binismo”, termo que tem origem no radicalismo de um dos grupos políticos mais atuantes após a Revolução Francesa, no fim do século XVIII.

—Em vez de investigar e punir as pessoas que realmente cometiam atos dolosos, inocentes foram perseguidos. O resultado disso é que estamos entregando cerca de duas mil cartas pedindo desculpas às pessoas envolvidas e a seus familiares pelos danos causados. Por isso aproveito esta oportunidade para pedir desculpas pessoalmente, como presidente da companhia, em nome da Petrobras, a todos aqueles que foram injustiçados. Sei que isso não é suficiente, que não vamos apagar da mente das pessoas aqueles momentos que estão no passado. É muito importante um pedido público de desculpas a todos que foram vítimas do que chamo de jacobinismo. O excesso levando a erro do outro lado — discursou Castello Branco.

NEM TODOS SUSPEITOS

Em nota após o evento, a Petrobras esclareceu que nem todos os destinatários das cartas foram alvo de apuração interna, mas podem ter participado de procedimentos investigatórios como testemunhas, por exemplo, desde 2015. De lá para cá, foram envolvidos em processos internos desse tipo funcionários de vários níveis hierárquicos, da alta gerência a profissionais sem cargos comissionados. Nesse período, presidiram a Petrobras Aldemir Bendine, Pedro Parente e Ivan Monteiro.

Castello Branco, que assumiu em janeiro indicado pelo presidente Jair Bolsonaro, lembrou que a força-tarefa da Lava-Jato conseguiu recuperar R\$ 4,2 bilhões desviados da empresa. Ele afirmou que a corrupção gera distorções que impedem o desenvolvimento econômico do país e drenam recursos de investimentos sociais, como a saúde pública.

O diretor de Governança da Petrobras, Marcelo Zenkner, afirmou que a empresa está promovendo uma série de mudanças em suas normas de governança para torná-las mais flexíveis, mas mantendo a prevenção à

corrupção. Ele não detalhou as mudanças, mas afirmou que o objetivo é tornar a empresa mais ágil.

— Já conseguimos identificar onde estavam as falhas e expurgar da companhia as pessoas que, de alguma forma, se envolveram com fraudes. Então, agora temos condições de tornar a companhia mais ágil, mais veloz para que possa competir com os grandes players do mercado internacional — afirmou Zenkner, reforçando que as normas continuarão rígidas.

— De forma alguma haverá relaxamento de regras. O que vai haver agora é uma evolução, um aprimoramento, no sentido de mantermos nos controles internos os padrões já alcançados, mas com uma velocidade maior e um poder de resposta que possa colocar a Petrobras em condições de competir com o mercado internacional.

Uma das ideias é ter mais medidas de prevenção a fraudes em vez de focar só na investigação de desvios. Zenkner citou como exemplo as etapas de integridade por que passam empregados antes de serem contratados, assim como a verificação preliminar da conduta de fornecedores.

CULTURA DE 'CONFIANÇA'

O diretor explicou ainda que o objetivo é passar de um sistema de compliance (conformidade) clássico, estabelecido no tripé prevenção, detecção e correção, para um sistema de integridade baseado em relações de confiança, disseminando uma cultura de integridade na empresa:

— O objetivo aqui é empoderar os gestores para que eles possam ter o poder de decidir com confiança, sem abrir mão dos controles internos, e dando velocidade à empresa.

MME / ASCOM .